

Migração de retorno no Estado do Rio Grande do Sul: o caso de Coqueiro Baixo

Cíntia Agostini

Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)

Felipe Salami

Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)

Recebido: 07/02/2017 Versão revisada (entregue): 22/06/2018 Aprovado: 03/07/2018

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa exploratória sobre o fenômeno da migração que levou pessoas a retornarem de grandes centros ou municípios com características industriais para um município rural. A migração de retorno é a denominação que identifica os deslocamentos de volta aos municípios de origem. Assim, o objetivo foi identificar os motivos que levaram à migração de retorno ao município gaúcho de Coqueiro Baixo. Metodologicamente, esta é uma pesquisa exploratória, qualitativa, que se utilizou de fontes bibliográficas e entrevistas para, a partir das informações, efetivar a análise de conteúdo dos aspectos levantados e informações obtidas. Foram entrevistadas dez pessoas que fizeram a migração de retorno ao município de Coqueiro Baixo. A emigração dos entrevistados ocorreu entre os anos de 1995 a 2005, atraídos pelos grandes centros, principalmente, pela oferta de trabalho. Contudo, a partir de 2006 deu-se o movimento de retorno ao município de nascimento, destacando-se como os principais motivos a segurança, a tranquilidade e condições de trabalho (o que os entrevistados classificaram como sendo qualidade de vida). Além disso, havia a possibilidade de investimento em negócio próprio e de cuidar dos pais.

Palavras-chave | Coqueiro Baixo; migração de retorno; municípios rurais; qualidade de vida.

Código JEL | I31 J15 R23.

RETURN MIGRATION IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL: THE CASE OF COQUEIRO BAIXO

Abstract

This article is the result of a reflection about migration phenomenon led people to return from large centers or municipalities with industrial characteristics to a rural municipality. The return migration is the denomination that identifies the displacements back to the municipalities of origin. Thus, the objective of this research was to identify the reasons that led to the return migration to the municipality of Coqueiro Baixo - RS. Methodologically, this is an exploratory research, qualitative, which was used from bibliographical sources and interviews, from the information, to carry out the content analysis of the aspects raised and information obtained. Ten people were interviewed, who had made the return migration to the municipality of

Coqueiro Baixo. The emigration of the interviewees occurred between 1995 and 2005, attracted by the large centers, mainly by the offer of work. However, since 2006, the movement of the return migration to the city of birth was noticed, highlighting as the main aspects sought in return safety, tranquility, working conditions, what the interviewees classified as quality of life. In addition, there was the opportunity to invest in own business and to take care of parents, consequently assuming ownership as their business.

Keywords | Coqueiro Baixo; quality of life; return migration; rural municipalities.

JEL-Code | I31 J15 R23.

MIGRACIÓN DE RETORNO EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL: EL CASO DE COQUEIRO BAIXO

Resumen

Este artículo es el resultado de un estudio exploratorio sobre el fenómeno de la migración que llevó a las personas a volver de las grandes ciudades o municipios con características industriales para un municipio rural. La migración de retorno es el fenómeno que identifica los desplazamientos de regreso a los municipios de origen. Así, el objetivo fue identificar las razones que llevaron a la migración de retorno al municipio gaúcho de Coqueiro Baixo. Metodológicamente, se trata de una investigación exploratoria, cualitativa, que utilizó fuentes bibliográficas y entrevistas para, a partir de informaciones, llevar a cabo el análisis del contenido de los aspectos levantados e informaciones obtenidas. Fueron entrevistadas diez personas que migraron de retorno a la ciudad de Coqueiro Baixo. La emigración de los encuestados tuvo lugar entre los años 1995 a 2005, atraídos por los grandes centros, principalmente, por la oferta de trabajo. Sin embargo, a partir de 2006 se dio un movimiento de retorno al municipio de nacimiento, destacándose como principales motivos de retorno la seguridad, la tranquilidad, las condiciones de trabajo (que los encuestados calificaron como calidad de vida). Además, existía la posibilidad de invertir en un negocio propio y cuidar de los padres.

Palabras-clave | Coqueiro Baixo; migración de retorno; municipios rurales; calidad de vida.

Código JEL | I31 J15 R23.

Introdução

Os movimentos migratórios no Brasil, nos últimos anos, têm demonstrado novas características, visto a intensidade das migrações, sejam regionais ou interestaduais, abrindo assim espaço para novos estudos relacionados, mais especificamente, à migração de retorno, ou seja, pessoas se redirecionando de grandes centros para os municípios rurais, geralmente, onde deixaram familiares mais próximos, como pais ou irmãos.

Alguns dados, ainda que caracterizados pela divisão entre o rural e o urbano, dos anos de 1940, mostram que nesta década a população rural era maior que a população urbana, representando 68,8% da população total brasileira. Após esse período, percebeu-se aumento significativo no percentual de migração das pessoas do meio rural para o meio urbano, invertendo esse cenário, sendo, 40 anos depois, em 1980, 67,6% da população brasileira urbana (SANTOS, 2005). Cabe ressaltar aqui que parte desse aumento da população urbana está relacionada ao aumento do perímetro urbano, bem como às novas emancipações. Contudo, essa migração foi importante para o crescimento das cidades e para o abastecimento da mão de obra na indústria, comércio e serviços. Se vista a partir da perspectiva dos indivíduos, possibilitou a busca por oportunidades de trabalho nesses centros urbanos, além de ter acesso facilitado a uma infraestrutura de educação, de saúde e lazer.

Essa estrutura urbana não cresceu, no entanto, no mesmo patamar do crescimento populacional, pois se verifica que os principais centros urbanos do país vivem em uma situação de crise, visto sua vulnerabilidade. Mendonça e Dutra (2009), observam que o espaço urbano vem se desenvolvendo a partir de algumas contradições que vão a dois extremos, pois se encontram na cidade o melhor e o pior da sociedade. De um lado há a riqueza, o acesso privilegiado à informação e aos melhores postos de trabalho. De outro lado, as mais fortes manifestações de violência, pobreza e exclusão, demonstrando a gravidade das questões de ordem socioeconômica e ambiental encontradas nesse espaço, tornando os grandes centros urbanos não mais tão atraentes.

Apesar dos aspectos citados, as grandes cidades ainda possuem uma vasta variedade de bens e serviços, exercendo forte atração para que as pessoas ainda migrem do campo para a cidade. Diferentemente do passado, porém, quando as pessoas tiveram que se deslocar para locais que ofereciam, principalmente, emprego em virtude das limitações dos meios de transporte, comunicação e informação. Hoje essas limitações são menos relevantes, principalmente pela facilidade de locomoção e acesso a informações (ALVES, 2006).

Visto isso e identificada concretamente a migração de retorno, percebeu-se a oportunidade de realização deste estudo, com o objetivo de identificar o que as pessoas que migraram ou estão migrando, quando retornam aos municípios rurais, buscam, bem como as dificuldades encontradas, as atividades almejadas e as expectativas em relação a essas atividades.

O município de Coqueiro Baixo pertencente à região Alta do Vale do Taquari. Originou-se em 1850, quando chegaram os primeiros habitantes a esse território, tendo sua emancipação política em 16 de abril de 1996, desmembrando-se dos municípios de Nova Bréscia e Relvado. A economia do município é, essencialmente, baseada no setor primário, destacando-se no setor agrícola as culturas de milho, feijão, fumo e produtos de subsistência familiar e na pecuária a

produção de frangos de corte, principal fonte de renda, além da produção de leite e suínos. O município em discussão perdeu parcela significativa de sua população, não registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por causa da sua recente emancipação, mas que apresenta os mesmos fatos ocorridos nos municípios “mãe” e vizinhos atualmente, como Nova Bréscia, que possuía 9.360 habitantes em 1970, reduzindo-se a 3.184 habitantes em 2010. Assim como Relvado, que possuía 2.566 habitantes em 1991, reduzindo-se a 2.155 habitantes em 2010 (IBGE, 2016).

Com isso, a delimitação teórica do presente trabalho é a migração, especificamente a migração de retorno, destacando como este processo atual ocorre no município de Coqueiro Baixo. Para tanto, o estudo compreende uma análise teórica, na qual inicialmente é abordada a história da migração rural brasileira, seguida pelo debate sobre o processo de migração de retorno e suas motivações, finalizando com a definição do conceito de municípios rurais, no qual o estudo está baseado.

O recorte empírico trata sobre a migração da população urbana para o município rural de Coqueiro Baixo, pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, verificando os motivos e as percepções das pessoas que fizeram essa migração. A pesquisa ocorreu em agosto de 2016, quando foram entrevistadas 10 pessoas que fizeram essa migração e residem atualmente nesse município.

Situando a problemática e o contexto da pesquisa

Migração rural brasileira

A migração, na essência da palavra, parte do pressuposto de que um indivíduo está se deslocando, entrando ou saindo de algum lugar, seja entre países diferentes ou mesmo dentro do próprio país (interestadual), podendo ainda se restringir migrando de uma região para outra (inter-regional) ou dentro de uma própria região (intrarregional), seja ela entre o rural e o urbano ou entre os próprios meios. Com isso, faz-se necessário entender a história da migração brasileira, bem como suas principais rotas ou destinos.

A migração é tratada no Brasil desde a época de sua colonização, com a migração de portugueses e espanhóis, que foram importantes no crescimento da população brasileira (LEVY, 1974). Contudo, os movimentos migratórios internos no Brasil começaram a ganhar relevância, visto o início de estudos relacionados, no século XX, mais especificamente a partir dos anos de 1950. Baeninger (2012) destaca ainda as transformações dessas migrações, salientando a distância, a intensidade e os destinos das migrações que variam ao longo do tempo.

Ressalta-se aqui a importância da coleta oficial de dados, a qual possibilitou a visualização em números da população brasileira. Os estudos iniciados em 1967

pelo IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foram o caminho visto e possível para coletar informações, a fim de planejar e acompanhar o desenvolvimento social, econômico e demográfico do país. Permitiram a ampliação e o aprofundamento dos temas ligados à população (MEC, 2016). Fundamental foi essa coleta de dados, pois permitiu realizar análises dos movimentos migratórios no país.

Baeninger (2012, p. 77), que se utilizou de dados da PNAD para suas análises sobre a migração brasileira, comenta que esses movimentos migratórios “estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional e inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas.”

Para a autora, as migrações internas da população brasileira que aconteciam na década de 1970 e 1980 se formavam a partir de duas vertentes distintas, a da industrialização e a das fronteiras agrícolas, as quais favoreceram a distribuição espacial no âmbito interestadual, sendo a primeira vertente a responsável por fluxos mais volumosos. Apesar de haver a distribuição espacial da população na época, observou-se a concentração de pessoas nas cidades, ou seja, migrações oriundas principalmente do campo para a cidade.

Baeninger (2012) ressalta, ainda, que mudanças econômicas interferem significativamente no fluxo migratório de uma década para outra, citando como exemplo o processo de esgotamento das fronteiras agrícolas dos anos 1980, quando o país conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais. Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração propiciou também fluxos migratórios em direções a essas indústrias.

Já Alves (2006) destaca, no período de 1950 a 1985, a influência do governo, desenvolvendo fortes políticas de industrialização, fazendo com que os mercados urbanos evoluíssem rapidamente. Com isso, dentro de seus limites, a cidade oferece vantagens para aglomerar as indústrias e os setores de serviços, bem como uma infraestrutura de educação, de saúde e lazer, influenciando a mudança de residência da população.

Nos anos de 1990 em diante, Baeninger (2012) percebe, contudo, algumas tendências migratórias diferenciadas e que destacavam aspectos como: redução das distâncias migratórias; recuperação migratória no âmbito intrarregional em espaços que em séculos anteriores tiveram perdas de pessoas pela migração; e surgimento e consolidação de polos de absorção migratória inter-regional e intrarregional. Eis que, na época, já surgem evidências sobre a migração de retorno da população brasileira para seus estados ou mesmo regiões de nascimento.

No mesmo estudo, a autora faz constatações importantes quanto às movimentações migratórias da década de 2000, entre elas uma que denomina de

“interiorização migratória” (BAENINGER, 2012, p. 92), na qual as trajetórias de migrações são ainda mais curtas, envolvendo aglomerações urbanas e o que se chama de municípios rurais, as quais são discutidas neste trabalho, ou seja, migrações no âmbito intraestadual. Essa tendência, conforme seu estudo, evidência importantes fluxos migratórios, nesse âmbito, retendo maior número da população migrante nos estados e regiões.

Migração de retorno

As mudanças econômicas, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios, particularmente importantes no movimento de retorno aos estados e municípios de nascimento. Com isso, faz-se necessário identificar estudos relacionados ao assunto, independentemente de sua localização geográfica, a fim de identificar a forma e os principais motivos que impulsionaram essa migração de retorno.

Os movimentos migratórios aqui citados são observados mais claramente a partir da década de 1980 e, de certa forma, vêm sendo percebidos na região do Vale do Taquari nos dias atuais, sendo ou não decorrentes dos mesmos motivos.

Lyra (2003), demonstra a movimentação de retorno como sendo uma tendência, pois os dados do Censo Demográfico de 1980 a 1991, na interpretação da autora, dão conta de que 66,2% dos migrantes que retornaram para Pernambuco, provenientes de São Paulo, o fizeram para os seus respectivos municípios de nascimento. Ressalta ainda que esse percentual cresce ainda mais quando se toma por base aquelas regiões que sabidamente são as principais áreas de origem da emigração pernambucana. O mesmo estudo mostra que no mesmo período 45% dos migrantes que retornaram de São Paulo para Pernambuco voltavam para a Mesorregião do Agreste, dos quais 73% voltaram para o seu município de nascimento.

Embora os dados interpretados pelo estudo apontem para um aumento da migração de retorno, segundo essa autora, não foi encontrada sustentação empírica para essa afirmação a partir dos dados censitários. A mesma destaca a família como sendo um possível motivo para a migração de retorno, pois os vínculos familiares são formadores de laços afetivos e de redes sociais que podem promover a volta ao município de origem (LYRA, 2003).

Cunha (2010), de forma mais abrangente e analisando dados da PNAD no período de 1999 a 2004, estima que cerca de 30% dos movimentos migratórios interestaduais no país se tratam de migração de retorno, atribuindo aumento no período analisado. Para esse autor, o motivo dessa migração não se deve ao fato de terem aparecido novas ou melhores oportunidades nos estados de origem, mas sim, pelas dificuldades de permanência encontradas nessas áreas mais atrativas ou nas grandes cidades.

Já Oliveira (2005) busca identificar evidências empíricas para o fenômeno migratório no Brasil, analisando a partir do perfil etário, do sexo e dos diferentes tipos migratórios segundo suas origens e destinos, em específico dos movimentos de retorno ao Nordeste. Em sua pesquisa, Oliveira (2005, p. 135) constata que o motivo mais mencionado da migração no nosso país é "acompanhar a família", pois, quando o chefe da família migra em busca de trabalho, cabe à família, esposa e filhos, o acompanhar.

Destaca também o item “motivo de trabalho” (OLIVEIRA, 2005, p. 135), propriamente para trabalho primário, como sendo o principal motivo para a migração das pessoas na faixa etária entre os 25 até os 49 anos, porém, na classificação geral, é o segundo motivo encontrado em eventos migratórios do Nordeste, atribuindo esse percentual considerável à maior adaptabilidade a novas situações e ao menor apego às cidades de origens pela faixa etária mais jovem.

Outro motivo encontrado, o qual figura em terceira colocação, é “a moradia” (OLIVEIRA, 2005, p. 135), no sentido de encontrar um lugar seguro e com infraestrutura de serviços para criação dos filhos, atribuindo o custo da moradia como um fator determinante.

Visto isso, e atribuindo novas características ao novo rural brasileiro, como descreve o próximo item deste texto, podem-se identificar diversos motivos para o surgimento da migração de retorno, muitos deles citados acima, além de outros encontrados na pesquisa empírica deste estudo.

Caracterizando o novo rural

Vista a história da migração, assim como suas novas características, cabe caracterizar os municípios rurais em estudo, que merecem atenção devido às suas novas funcionalidades, buscando, assim, entender se de fato esse é um local almejado pelos migrantes caracterizados como de retorno.

Além disso, com a mecanização do campo e a formação de centros comunitários nessas áreas rurais, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano, pois o fato de existir arruamentos, construções ou mesmo aglomerações ocasionadas pela densidade demográfica dificilmente possibilita diferenciar o rural do urbano, pois não se trata apenas de uma contagem numérica, de uma visualização da ocupação humana, de uma divisão de classes sociais ou propriamente de um corte geográfico (VEIGA, 2002).

Retomando um pouco a questão, o conceito usual utilizado pelo IBGE considera área urbana toda área interna ao perímetro urbano de uma vila ou cidade, que é legalmente definida pela própria lei municipal, sendo o rural toda a área municipal externa à área urbana (IBGE, 2016).

Já para Marques (2015), tem-se que levar em consideração outros fatores, pois essa definição não faz menção às características de densidade demográfica de cada espaço, não estabelece critérios estruturais, muito menos faz qualquer referência às funções peculiares dos diferentes aglomerados, que constituem um fator fundamental na diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano.

Para Silva (1999), o rural hoje deve ser tratado como sendo uma continuação do urbano, tanto do ponto de vista espacial quanto do ponto de vista da organização da atividade econômica, pois as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária, tornando assim essa relação bem mais próxima e dependente, devido à crescente disputa por postos de trabalho urbanos por pessoas com domicílio rural, assim como o inverso.

Silva (1999) refere ainda que, nos dias atuais, as dimensões do estilo e da qualidade de vida ganharam importância profissional e as inovações nos setores das comunicações e transportes tornaram possível a ocupação de postos de trabalho independentemente de sua localização espacial, mudando completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas até então conhecidas, até porque, neste meio tempo, surgem diversas outras atividades ligadas ao campo, como o turismo rural, áreas direcionadas ao lazer e à preservação da natureza, ou mesmo prestadores de serviço autônomos que trabalham em suas próprias casas, estejam elas na cidade ou no campo. Nesse sentido, Alves (2006) observa que quanto mais desenvolvido for o sistema de transportes, comunicação e de informação, mais flexibilidade terá a população para definir onde quer morar.

Ou seja, já não se pode falar de mundo rural identificando-o, exclusivamente, com as atividades agropecuárias, pois o atual sentido dos indivíduos desse meio é mais abrangente, indo além da ótica produtiva, combinando atividades agrícolas e não agrícolas.

Já com novos argumentos e apontando para a necessidade de reavaliar o conceito do rural e do urbano brasileiro, Veiga (2002, p. 53), em sua obra sobre as “cidades imaginárias”, refere-se à caracterização do urbano como sendo toda e qualquer cidade brasileira, desconsiderando tamanho, densidade ou localização, e, mesmo sendo cidades de tamanhos irrisórios ou aglomerações, que resultam na distorção da realidade socioeconômica brasileira.

Para esse autor, é necessário considerar os critérios de densidade demográfica e localização para definição entre urbano e rural. Ele classifica como rurais municípios que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; de médio porte os que registram uma população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere os 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes; e de centros urbanos os municípios com mais de 100 mil habitantes. Com esses critérios, Veiga (2002) conclui que o Brasil é essencialmente rural, formado por 80% dos municípios com estas características.

Neste mesmo sentido, Marques (2015) também defende que o conceito de rural deve estar ligado diretamente com a densidade demográfica, considerando como unidade de base rural toda unidade com densidade inferior a 150 hab./km², contudo pode apresentar núcleos urbanos com densidade demográfica superior a 150 hab./km², desde que o resultado geral, computando-se a área de entorno, não ultrapasse este patamar. Assim classifica os municípios em três categorias: a) essencialmente rurais - os em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rurais; b) relativamente rurais - os em que entre 15% e 50% da população regional habitam em unidades de base rurais; e c) essencialmente urbanizadas - os em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais.

Analisando os dados da Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS (FEE), em se tratando do município em estudo, Coqueiro Baixo possui uma população de 1.537 habitantes, abrange uma área de 112,3 km², resultando em uma densidade demográfica de 13,6 hab/km² (FEE, 2016).

Com base nos conceitos acima e relacionando-os com o município em estudo, complementa-se que, apesar de possuir pequenos centros e ter, delimitadamente, área urbana e rural, este é um município basicamente rural e é assim tratado nesta pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa, quanto aos seus objetivos, se utilizou de uma abordagem exploratória, possibilitando assim o conhecimento sobre os fatos e, de forma flexível, analisou vários aspectos relacionados à migração, possibilitando diagnosticar situações, discutir alternativas ou descobrir novas ideias, visando à geração de informações, inclusive para novos estudos. Ou seja, segundo Gil (1999), a pesquisa exploratória tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para estudos posteriores.

Prodanov e Freitas (2013) destacam ainda dois grandes grupos de delineamento, sendo um deles as chamadas fontes de papel, das quais foram utilizadas fontes bibliográficas. E o outro grupo, nas quais as fontes são as próprias pessoas, e, neste caso, utilizaram-se informações decorrentes de entrevistas, orientadas por um roteiro de questões.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista com um grupo de pessoas identificadas aleatoriamente como migrantes de retorno e que aceitaram participar da pesquisa, sendo aplicados questionários semiestruturados a moradores do município foco do estudo por escolha, ressaltando a dificuldade de encontrar pessoas com as características propostas. No estudo foram identificadas pessoas

que fizeram a migração de retorno, pois estiveram morando fora do município, e atualmente residem em Coqueiro Baixo. A coleta foi realizada entre os dias 10 e 31 de agosto de 2016, abrangendo 10 entrevistados do sexo masculino, da faixa etária entre 28 e 45 anos.

A partir das entrevistas, buscou-se a coleta de informações qualitativas, diretas no ambiente de estudo, demandando um trabalho intensivo a campo, pois, segundo Prodanov e Freitas (2013), neste local os fatos podem e devem ser observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, contudo, sem que o pesquisador interfira sobre eles.

Cabe salientar que, antes de efetivamente aplicar a pesquisa, foram feitos pré-testes e aplicação do questionário com duas pessoas, buscando ajustes necessários à ferramenta, visto que esta foi construída especificamente para este estudo.

Ao final, a análise decorrente das entrevistas e da pesquisa bibliográfica se deu por meio da análise de conteúdo, a qual “tem por objetivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada.” (TERENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006, p. 46).

A migração de retorno no município de Coqueiro Baixo

Para discutir a migração de retorno no município de Coqueiro Baixo, o presente estudo se utilizou da metodologia já mencionada e entrevistou dez pessoas que migraram e posteriormente retornaram ao município. Buscou identificar características e motivos que promoveram tal migração, além de entender suas percepções sobre qualidade de vida e demais aspectos que os fizeram voltar a morar no município em questão.

Para tanto, aqui se caracterizam os entrevistados e os motivos que os levaram a migrar do seu município de origem. Em seguida, são discutidos os motivos pelos quais eles retornaram e suas percepções na decisão do retorno.

A caracterização dos entrevistados e motivações de suas migrações para os grandes centros

Nas entrevistas realizadas, todos os respondentes foram pessoas do sexo masculino. Sessenta por cento das migrações ocorreram com o cônjuge, ou seja, migraram os homens e suas esposas ou companheiras, destacando que a mulher até tem opinião, mas o “chefe” da casa continua sendo o homem, mantendo a característica de uma família “tradicional” em que o homem é quem toma a decisão final. A idade média dos entrevistados foi de 38 anos, visto a idade de 28 anos para o entrevistado mais novo e de 45 anos do entrevistado mais velho. Um

aspecto destacado é o grau de escolaridade, pois 60% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental.

Inicialmente, ao migrar para grandes centros, destacaram-se como receptores os municípios de Porto Alegre e São Paulo, destino de 70% dos entrevistados, aglomerados urbanos com larga oferta e oportunidades de trabalho neste período, que no estudo ocorreu entre os anos de 1995 e 2005. A estada fora do município de origem foi em média de sete anos, destacando que 60% dos entrevistados fizeram mais de uma migração. Já a migração de retorno ao município de nascimento ocorreu há oito anos, em média.

A migração no período supracitado se deu, conforme relatado, pela busca por melhores oportunidades de trabalho, visto as dificuldades de investimento nas propriedades rurais, tanto pelas restrições de acesso a créditos subsidiados pelos governos quanto pela resistência dos pais quanto a mudanças relacionadas a investimentos na estrutura da propriedade, como pode ser observado na fala do entrevistado M. M. (34 anos): *“Aqui não tinha futuro. Na época que eu saí de casa, a situação aqui era difícil. O pai tinha medo de investir, fazer dívida.”*

Corroboram com a afirmação as falas de outros dois entrevistados: *“Aqui não tinha condições. A terra era virada em capoeira e toco. O pai não queria investir e sem dinheiro e sem entrar em bancos para investir não tinha condições”* (L. E., 38 anos). *“Ideia era trabalhar fora para juntar dinheiro. Na época não tinha aviário e não tinha esses financiamentos mais acessíveis que hoje tem”* (A. Z., 43 anos).

As atividades que esses migrantes buscavam na época estavam relacionadas, para 90% dos entrevistados, a bares e restaurantes, basicamente pela existência da oferta de emprego neste setor, por não necessitar de experiência nem de estudos para exercer essa atividade. Cabe ressaltar que o entrevistado mais jovem foi o único que não saiu a trabalho, mas em busca de estudos, e, conseqüentemente, trabalhou em outro ramo.

Destaca-se um ponto mencionado por metade dos entrevistados que saíram de Coqueiro Baixo foi o desejo de em algum momento retornar, ou seja, buscavam melhores condições financeiras para depois voltar e investir no município de nascimento, onde mantiveram familiares próximos, como os pais. O fato de terem mantido familiares próximos no município vem ao encontro do que Lyra (2003) aponta como possível motivo para a migração de retorno, ou seja, esses vínculos afetivos exercem influência sobre a tomada de decisão de retorno. Isso também é percebido na fala de entrevistados quando questionados sobre os objetivos e as expectativas com a emigração. *“Na época saí para juntar um dinheiro, guardar, mas não tinha a intenção de ficar lá para sempre”* (P. C. R., 43 anos). É a mesma percepção do entrevistado M. M. (34 anos) que explica: *“mas a ideia era juntar um dinheiro pra voltar”*.

Quando residiam fora, a renda bruta recebida por esses trabalhadores, baseando-se no salário mínimo da época, ficou acima de um salário. Quarenta por cento dos

entrevistados recebiam entre 1 a 3 salários, 40% entre 3 a 5 salários e 20% recebiam acima de 5 salários, ou seja, salários satisfatórios e acima dos percebidos por boa parte da população brasileira, demonstrando que o simples fato de ter um bom salário não seria o suficiente para manter os pesquisados em grandes centros.

Nas horas de folga, os entrevistados buscavam principalmente descansar, devido ao trabalho que, apesar de não necessitar de estudos, exigia muito esforço, principalmente, com a carga horária estendida. Além disso, eventualmente também buscavam distração em bares noturnos, parques públicos e em *shopping centers*.

Visto isso, cabe destacar as dificuldades da época, como a falta de infraestrutura nas propriedades, dificuldades de acesso ao crédito, bem como a resistência dos pais, as quais foram fatores determinantes na emigração dos pesquisados. Percebeu-se ainda que o vínculo familiar sempre esteve fortemente presente, tanto que saíram com o objetivo de, em algum momento, retornar. Contudo, outros fatores ainda tiveram influência no retorno desses migrantes, conforme apresentado a seguir.

Motivações quanto à migração de retorno pelos entrevistados

Atualmente 100% dos entrevistados obtêm suas principais rendas de atividades primárias. Além disso, possuem algum vínculo familiar com as propriedades, pois, quando não são proprietários, trabalham na propriedade dos pais. Observa-se que mais de 70% já possuem residência própria e tendem, conseqüentemente, a herdarem a propriedade.

A renda bruta recebida por esses trabalhadores, que atualmente trabalham principalmente com atividades relacionadas à bovinocultura, suinocultura e a avicultura, baseando-se no salário mínimo atual, também ficou acima de um salário. Trinta por cento dos entrevistados recebem entre 1 a 3 salários, 40% entre 3 a 5 salários e 30% recebem acima de 5 salários, ressaltando valores bem próximos aos obtidos quando saíram do município de origem em busca de melhor remuneração, no geral, com pequena elevação. Ressalta-se que 40% dos entrevistados possuem também rendas vindas de fora da propriedade, nesses casos a esposa é assalariada, fortalecendo as características sobre o novo rural, principalmente sobre a facilidade de locomoção, possibilitando ter domicílio em um município rural e trabalhar em outra localidade.

Os principais motivos que impulsionaram o retorno desses entrevistados foram: melhores condições de trabalho, principalmente quanto à flexibilidade de horários; menor custo de vida, caracterizados por deixar de pagar aluguel, custo da escola dos filhos e também pelo menor custo com alimentação, pois conseguem produzir parte dos alimentos que consomem. Além disso, a oportunidade de investimento em negócio próprio e cuidar dos pais e, conseqüentemente, assumir a propriedade

como seu empreendimento foram os motivos mais citados nas entrevistas, lembrando que voltaram com uma ocupação definida, ou seja, estavam planejados para esse retorno.

Tais motivos são assim citados pelos entrevistados em suas falas: “*Estava cansado do serviço. Ganhava até mais ou menos, mas o cara se quebra, é direto e não tem final de semana*” (G. V., 41 anos); “*A ideia era ir e não ficar muito. Aí surgiu a oportunidade de investir em negócio próprio, e por causa dos pais - não dá para deixar eles muito sozinhos*” (A. Z., 43 anos); “*Custo com alimentação, aluguel, seguro do carro, plano de saúde, e lá não tem esse negócio da Prefeitura levar para lá e para cá*” (V. J. D., 36 anos); “*Mais da metade do que ganhava era para pagar aluguel e escola. No início não pagava aluguel, mas morava mal*” (R. C. M., 42 anos).

A formação de família foi fator decisivo no retorno de quatro entrevistados, dos seis que possuíam família, ou seja, 67% dos que possuem família formada não teriam voltado se estivessem solteiros/sozinhos. No entanto, 40% do total de entrevistado voltaram mesmo não tendo formado família.

As dificuldades enfrentadas no retorno estiveram relacionadas às propriedades desestruturadas, ao início de atividades antes não praticadas na propriedade e desconhecidas, tecnicamente, por eles. Também se depararam com a resistência dos pais frente aos investimentos necessários e à readaptação à rotina menos turbulenta.

Atualmente, nas horas de descanso, costumam ficar em casa na companhia de familiares. Eventualmente participam de festas comunitárias, jogos de futebol e fazem pequenas viagens para visitar parentes ou amigos. Ou seja, são rotinas não muito diferentes das praticadas anteriormente, no entanto percebe-se a busca por atividades mais “calmas” e “tranquilas”.

Em relação ao município que deixaram, sentem falta de opções de lazer, mesmo que pouco as usufríssem, de maior proximidade e opções a mercado, restaurantes, lojas de bazar e de maior número de pessoas para se relacionar, conforme citado por um dos entrevistados: “*tudo o que tu pensava tinha na cidade, uma pizzaria, mais opções, tudo mais próximo*” (L. V., 45 anos).

Assim identifica-se a atividade rural como destino no retorno desses migrantes e como principal fonte de renda, mas se verificaram rendas vindas de outras atividades, complementando a renda familiar, a qual pouco sofreu alterações em relação ao percebido na cidade para a qual haviam migrado. A busca por investimento em negócio próprio, melhorando assim as condições de trabalho, foi o motivo principal de retorno, corroborando com o estudo de Oliveira (2005), que identificou este mesmo motivo como sendo o principal para trabalho primário entre a faixa etária dos 25 aos 49 anos. Atrelado a isso, buscavam também fatores motivacionais como segurança, tranquilidade, ou seja, itens relacionados à qualidade de vida, relacionados a seguir.

Percepção dos entrevistados sobre fatores motivacionais para seu retorno

Os entrevistados foram ainda questionados quanto a sua percepção sobre o que é qualidade de vida. Relataram, primeiramente, que qualidade de vida é ter condições adequadas de saúde, tendo acesso a uma alimentação saudável, a um ambiente menos poluído e a uma rede de assistência médica próxima e de qualidade. Na sequência apontaram a segurança, no sentido de residir em um lugar tranquilo até o momento, conhecendo e confiando nos vizinhos. Além disso, ter melhores condições de trabalho, com remuneração adequada, flexibilidade de horários e disponibilidade de tempo para outras atividades, como lazer e diversão, como se pode perceber nas falas a seguir. “*É trabalhar numa atividade que gosto; poder pagar as contas em dia; trabalhar a cem metros de onde moro; poder parar ou começar a hora que eu quero, almoçar na hora certa*” (I. B. S., 31 anos). L. V. (45 anos) destaca: “*outra vida, você chegou aqui hoje, eu abri a porta e mandei entrar. Na cidade, tenho que perguntar quem que é para depois abrir a porta*”. E V. J. D. (36 anos) cita: “*aqui eu tenho mais qualidade de vida do que na cidade, pois se eu disser que hoje não vou trabalhar, faço só o básico. Lá não; ia dormir 3 horas da manhã*”.

Quando questionados sobre o que mais sentem falta em relação ao município em que viveram, o principal item mencionado foi a opção de diversão e lazer disponíveis, assim como o acesso à diversidade de bens e serviços, salientando que aqui até existe, porém está mais distante. Atualmente, contudo, essa “distância” é menos significativa, tanto pela melhoria constante dos meios de acessos tradicionais, com a manutenção de estradas; e todos os entrevistados dispõem de veículos para locomoção, como também pela facilidade de comunicação, pelo acesso ao telefone e principalmente pelo acesso à internet. Assim, essa facilidade, hoje pouco percebida por ter se tornado algo comum, de alguma forma influenciou na decisão de retorno dessas pessoas.

A decisão de permanecer na atividade rural ou no município foco deste estudo foi unânime entre os entrevistados, mesmo que por motivos diversos, como: a falta de oportunidade em outros lugares devido ao nível de escolaridades; por já ter feito investimentos consideráveis na propriedade e na atividade; por gostar do trabalho que atualmente realiza; por ser um trabalho com horários flexíveis, ou seja, características que se aproximam das mencionadas sobre a percepção de qualidade de vida, anteriormente citadas. Também gostariam que seus filhos permanecessem neste município, em outra atividade, como citado pela maioria, ou mesmo na atividade atual da família.

Confirmam essas perspectivas as falas de dois dos entrevistados: “*sim, porque, hoje em dia, com o estudo que tenho não tem como, e já estou com família formada*” (L. E., 38 anos). E o segundo, “*não vejo outra alternativa hoje, pois o investimento que fiz já é alto*” (P. C. R., 43 anos).

Quando questionados se ainda percebem a migração de pessoas para outros municípios, as respostas se dividem, ainda que 40% deles observam que não é mais comum a migração para grandes centros, principalmente pelo custo de vida e pela menor oferta de emprego. No entanto, 60% acreditam que ainda ocorre a migração, porém com outro foco: anteriormente ocorria pela busca de emprego; hoje ocorre pela busca de estudos, e consequentemente surgem oportunidades de trabalho vinculadas à área de estudo, e os locais para onde as pessoas migraram retêm esses migrantes. No entanto, as migrações ocorrem para municípios mais próximos, facilitando, principalmente, o contato com familiares, que geralmente é quem está financiando os estudos.

Visto isso, percebe-se a forte relação com achados de estudos já relacionados com o tema, principalmente quanto à influência da família, citada por Lyra (2003), no sentido dos laços que são criados, e complementada por Oliveira, (2005), no sentido de formação de família, em que esposa e filhos tendem a acompanhar a migração do pai.

Oliveira (2005) cita ainda dois fatores motivadores para o retorno de migrantes, sendo um deles o trabalho, o qual foi fortemente identificado nas entrevistas, neste caso tanto para investir em negócio próprio, ser dono, como para melhorar as condições de trabalho. Outro motivo, menos citado diretamente, foi a moradia, contudo os entrevistados buscavam mais segurança, estando assim relacionado com a moradia, mas no sentido de localização mais especificamente.

Já quanto à questão das novas características dos municípios rurais, citadas por Silva (1999), destacam-se vários pontos que vão ao encontro do que esse autor aponta, porém ditas em outras palavras, pois já são hábitos que se tornaram comuns, como as facilidades de locomoção, pois todos os entrevistados possuem veículos de transporte, assim como acessos razoavelmente bons de rodovias, pois 40% dos entrevistados possuem renda vinda de outras atividades e se deslocavam para as realizar. Ainda, apesar de encontrarem menos opções, de compra principalmente, os entrevistados destacaram que possuem acesso a praticamente tudo, o que é facilitado, inclusive, pelo acesso aos meios de comunicação, principalmente a internet.

Considerações finais

Diante da análise realizada sobre a migração de retorno, destacam-se alguns pontos observados durante a pesquisa e que vêm ao encontro de estudos realizados sobre o tema.

A emigração das pessoas entrevistadas ocorreu entre os anos de 1995 e 2005. Nesta época os pesquisados estavam vinculados a propriedades desestruturadas e que necessitavam de investimento, tendo como dificuldades o acesso ao crédito e

a resistência dos pais quanto a novos investimentos. Visto essa realidade e a atração pelos grandes centros, principalmente pela oferta de trabalho, optaram por essa emigração que durou em média sete anos, sendo observada então a migração de retorno.

A migração de retorno, que se deu ao município de nascimento e que possui características rurais, se deu basicamente por três motivos, a família, o trabalho e a qualidade de vida. *A família* teve influência principalmente pela identificação de uma oportunidade de investimento em um negócio próprio na propriedade dos pais, pois já existem linhas de crédito acessíveis e específicas para esse investimento, bem como os pais, diferentemente da época, favorecem o retorno de seus filhos, mantendo assim as atividades produtivas da propriedade. Além disso, há a possibilidade de cuidar dos próprios pais. Outro ponto é o *trabalho* ao qual foram submetidos na época da emigração, que não era fácil, pois não tiveram escolha principalmente pela falta de estudos, tendo de cumprir longas jornadas, inclusive nos finais de semana. Por isso almejavam investir em um negócio próprio e principalmente com flexibilidade de horários. *A qualidade de vida* assume papel fundamental nessa migração, sendo um motivo de retorno de todos os entrevistados, muito pela abrangência da palavra qualidade, mas também por esses migrantes buscarem em municípios rurais características como: segurança, tranquilidade e condições de trabalho favoráveis, desde salários adequados até a flexibilidade de horários.

Por fim, quanto à perspectiva da migração, percebeu-se algumas mudanças, em que a emigração já não se dá mais pela procura de trabalho e sim pela procura de estudos, consequentemente essas migrações são mais próximas, intrarregionais até, e o vínculo com a família são mais afetivos, propondo, por parte dos pais, que os filhos permaneçam morando com eles, dando-lhes oportunidades de investir e crescer, mesmo que em outra atividade, tanto que são os pais que bancam os estudos dos filhos.

Vale aqui ressaltar a complexidade deste País, bem como suas diferenças regionais, inclusive quando tratado sobre assuntos específicos, neste caso, a migração. As particularidades regionais demonstram que, apesar de este estudo apresentar motivos de retorno iguais ou bem próximos de estudos feitos em outras regiões, também trouxe outros motivos diferenciados. Assim, não é pertinente generalizar os fatos aqui relatados, no entanto, abrem-se oportunidades para aprofundar as pesquisas relacionadas ao assunto, ou mesmo assuntos pertinentes como a influência de outros aspectos no retorno da população aos seus municípios de origem, particularmente municípios rurais, bem como estudos quantitativos e qualitativos, por exemplo, de emigrantes que não retornaram, entre outros.

Referências

- ALVES, Eliseu. **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias. Brasília:** Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, v. 11, n. 22, p. 381-440, 2010.
- FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA . **O Perfil Socioeconômico do RS – Municípios**. Portal do FEE. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>>. Acesso em: 09 jun. 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil 1992-1997**. Portal do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm>. Acesso em: 09 jun. 2016.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, v. 8, n. supl., p. 49-90, 1974.
- LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo-Pernambuco. 2003**. 256 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, v. 2, n. 19, 2015.
- MENDONÇA, Francisco de Assis; DUTRA, Denecir de Almeida. Saúde pública, urbanização e dengue no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 21, n. 3, p. 257-269, 2009.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Informações Gerais Sobre a PNAD.** Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12521:inf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Editora Feevale, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. v. 6. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, José Francisco Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: XXVI ENEGEP, 26., 2006, Fortaleza. **ENEGEP 2006**. Fortaleza: Enegep, 2006. p. 1 - 9.

VEIGA, José Elí da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Autores associados, 2002.

Endereço para correspondência:

Cíntia Agostini – cintia@univates.br
Rua Avelino Talini, 171 Bairro Universitário
95914-014 Lajeado/RS, Brasil

Felipe Salami – felipesalami@yahoo.com.br
Rua Avelino Talini, 171 Bairro Universitário
95914-014 Lajeado/RS, Brasil